

■ Câmara retém dinheiro apreendido de escritório suspeito

REPRODUÇÃO

Apesar de ter encerrado a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde há quatro meses, os deputados distritais ainda não repassaram os R\$ 55 mil apreendidos durante uma diligência, realizada no ano passado no escritório do advogado Carlos Eduardo de Freitas Guimarães, localizado à Rua Buenos Aires, no Rio de Janeiro. Esse dinheiro está em uma conta-poupança no BRB em nome da Câmara Legislativa.

Guimarães é acusado de vender, ilegalmente, medicamentos de alto custo de fabricação estrangeira e foi preso em flagrante em outubro passado e continua na cadeia. O processo

contra ele tramita na 4ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Ao analisar o extrato da poupança e os ofícios assinados pela presidente da CPI, deputada Eliana Pedrosa (PFL), o promotor de Justiça Clayton Germano informou que pedirá aos deputados distritais a transferência do dinheiro.

– Vamos solicitar que façam o depósito em juízo – disse Germano, integrante da força-tarefa que investiga as irregularidades na Secretaria.

Defesa – Assessores da pe-
felista afirmaram que o pro-
cesso sobre a verba foi encaminha-
do para os ordenadores de des-

-BRB-
-BRB-
-BRB-
-BRB-
-BRB-
-BRB-
-BRB-
-BRB-

Recibo de Depósito em C/P
BRB - Banco de Brasília 13/10/2005 16:54
PA:218 T.:3006 TRN:201500 HSU:00225102
Conta Poupança: 2100045389
Favorável: CÂMARA LEGISLATIVA DO DF
Forma do Depósito:
Dinheiro:..... R\$ 55.000,00
Cheque 001:..... 0000 / R\$ 0,00
Cheque 2001:..... 0000 / R\$ 0,00
Cheque 401:..... 0000 / R\$ 0,00
Cheque Nacional:..... 0000 / R\$ 0,00
Total:..... R\$ 55.000,00
AUTBRB: B2A6C45F

Extrato bancário revela
que o dinheiro apreendido
ainda está em conta-
poupança da Câmara

pesa da Câmara, órgão respon-
sável pelo encaminhamento.
Sem noção do que fazer com o
dinheiro, enviaram os docu-
mentos para a Procuradoria
Geral da Casa.

– Há dez dias, o processo
chegou as minhas mãos. Fiz
uma petição para a 4ª Vara Cri-
minal e estou aguardando a res-
posta – afirmou o procurador da
Câmara, Geraldo Martins.

A lentidão, segundo ele, é
justificável, uma vez que a ope-
ração tramita por vários setores
do Legislativo.

– Demorou porque as pes-
soas não sabiam como proceder
diante de uma situação como
essa – explicou. (E.R.)